

Assunto	2073 ✓
Assinatura	
05.01.03	
03.04.03	



MENCIONE-SE POR
E EXPEÇA-SE

03, 04, 2003

[Handwritten signature]

A Sua Excelência
o Presidente da Assembleia da República

a' Daplu
03.04.03

[Handwritten signature]

REQUERIMENTO Nº 2013/IX (1ª) - AC

Ao Senhor Ministro da Defesa Nacional

1. Em comunicação ao país, o Senhor Presidente da República afirmou solenemente que Portugal não teria qualquer envolvimento militar na guerra conduzida pela coligação anglo-americana contra o Iraque. A mesma orientação foi confirmada pelo Senhor Ministro da Defesa Nacional no parlamento.
2. Desde o início do conflito, militares portugueses têm surgido em todas as televisões portuguesas como analistas das operações em curso. Têm-no feito envergando a farda militar e as respectivas condecorações. Não é habitual que peritos convidados pelas cadeias televisivas, na qualidade de comentaristas, utilizem os seus trajes profissionais. Os médicos não se apresentam de bata perante as câmaras, os advogados não trazem a toga para o estúdio. A presença de militares fardados nos serviços noticiosos televisivos é pois um facto insólito que deve ser esclarecido. Das duas, uma: ou os militares que têm vindo a fazer análises televisivas da guerra no Iraque o estão a fazer na sua qualidade de cidadãos especialmente sabedores nestas matérias, e então não devem comparecer fardados em estúdio; ou estão a desempenhar uma missão inerente às suas funções

[Handwritten signature]

expediente	
De Divisão	



militares, e então é preciso saber quem ordenou tal missão e em que condições.

3. Assim, e ao abrigo das disposições regimentais e legais, requeiro ao Senhor Presidente da Assembleia da República que, através do Senhor Ministro da Defesa Nacional, me seja esclarecido se os militares que têm vindo a proceder a análises televisivas da guerra do Iraque o fazem na qualidade de cidadãos e, nesse caso, por que razão envergam traje militar como se estivessem em exercício de funções; ou se, pelo contrário, estão a desempenhar alguma missão militar; em caso afirmativo, quem definiu essa missão e quais os seus precisos termos .

O Deputado

Manuel Alegre

Lisboa, 3 de Abril de 2003